



# Discurso & Sociedad

Copyright © 2020  
ISSN 1887-4606  
Vol. 14(3) 482-498  
[www.dissoc.org](http://www.dissoc.org)

---

*Artículo*

---

## **Nova (governa)mentalidade em Educação: Uma Análise Discursiva de Documentos sobre o PISA (Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes)**

*New govern(mentality) in Education: a  
Discursive Analysis of Documents about PISA  
(Programme for the International Student  
Assessment)*

*Márcia Aparecida Amador Mascia*  
Universidade São Francisco

*Carlos Roberto da Silveira*  
Universidade São Francisco

## Resumen

*Este artículo tiene como objetivo emprender un análisis discursivo de documentos acerca del PISA - Programa Internacional de Evaluación de Estudiantes -, en lo que se refiere a la construcción de los sujetos contemporáneos en Educación. La investigación se encuentra inserta en el Grupo de Investigación "Estudios Foucaultianos y Educación", certificado por el CNPq. Tomamos como corpus los documentos dispuestos sobre el PISA en dos sitios: de la OCDE y del INEP. Desde el punto de vista del referencial teórico-metodológico, el análisis se pauta en los estudios foucaultianos sobre discurso, sujeto, regímenes de verdad, control biopolítico y gubernamentalidad. Los resultados de análisis apuntan que el PISA funciona como un dispositivo que genera saber y que, a su vez, engendra poder, funcionando como una nueva forma de gubernamentalidad, en este caso, de gobernar el futuro de una nación, concebida como economía, en tiempos (neo) liberales.*

**Palabras clave:** PISA, Gubernamentalidad, Discurso.

## Abstract

*This paper aims at undertaking a discursive analysis of documents about PISA - Programme for International Student Assessment -, in relation to the construction of the contemporary subjects in Education. This research is inserted in the Research Group "Foucaultian studies and Education", certified by CNPq. We take as corpus documents found about PISA in two websites: of OCDE and INEP. The methodological framework is the tools from Foucaultian studies about discourse, subject, regimes of truth, biopolitical control and governmentality. The results point that PISA works as an apparatus that generates knowledge and that, in its turn, engender power, working as a new way of governmentality, in this case, of governing the future of an nation, conceived as economy, in (neo)liberal times.*

**Keywords:** PISA, Governmentality, Discourse.

## Introdução

Embora o ato de avaliar tenha sido uma tônica no universo escolar desde os seus primórdios, ganhou ênfase, desde o final do século passado, a avaliação externa, ou seja, aquela feita não pelo professor, ou grupo de professores, ou pela direção da escola, mas vinda de fora, em vários âmbitos: municipais, estaduais, nacionais e, ainda, internacionais.

Como um dos efeitos da globalização que afeta o mundo, de modo especial os países do ocidente, as avaliações externas ganharam espaço, consistindo em instrumentos aplicados por agentes externos ao contexto escolar, de modo a avaliar os conhecimentos e competências, considerados necessários para a evolução de um ciclo a outro e comparadas entre si em um universo cada vez maior. Tais avaliações, em âmbito nacional ou internacional, são movidas pelo objetivo de criar referenciais de qualidade a partir de amostras comparativas, cujos resultados envolvem um levantamento de dados e que podem implicar em estratégias governamentais, daí usarmos de Michel Foucault o termo “governamentalidade”, ou seja, definições de políticas que afetam a educação de um estado ou país.

Importante destacar que as avaliações externas estão na esteira das iniciativas meritocráticas que atingem a sociedade e a escola, tendo sido iniciadas pelo americano Ralph Tyler (Horta Neto, 2010: 87) nos anos 30 quando da crise americana. Na época, 30 escolas foram selecionadas e avaliadas durante 8 anos, de modo a averiguar se o conhecimento agregado era compatível com o mercado de trabalho, condicionando, a partir do estudo, o currículo a ser implantado.

A avaliação externa pretende ser problematizada neste artigo. Problematizar não significa destruir um conceito, modelo ou paradigma, mas apontar seus limites e principalmente suas consequências.

Este artigo encontra-se inserido no Grupo de Pesquisa Estudos Foucaultianos e Educação, certificado pelo CNPq e tem como proposta empreender uma análise do discurso dos documentos<sup>1</sup> do *Programme for International Student Assessment* (PISA) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes -, desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e documentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil. Tomando como referencial teórico os estudos discursivos, na interface dos estudos arquegenealógicos de Foucault, o artigo tem como objetivo apontar as regularidades discursivas que sustentam os novos regimes de verdade, entendidos como dispositivos de governamentalidade contemporâneos em Educação, engendrados pelo PISA. Propomo-nos a responder às seguintes perguntas de pesquisa: em relação às

subjetividades educacionais, como o discurso do PISA instaura “novos” regimes de verdade no Brasil e no mundo? quais novos sentidos estão sendo agregados ao papel dos sujeitos da Educação, professor e aluno?

Justificamos a escolha do tema, pela necessidade de problematizar e discutir as relações contemporâneas instauradas pelas avaliações externas em larga escala, de modo a apontar a racionalidade que sustenta o discurso do PISA, nosso objeto de análise.

Este texto divide-se nas seguintes partes: o referencial teórico, a análise, as conclusões e as referências bibliográficas.

### **Abrindo a Caixa de Ferramentas Foucaultianas**

Nesta parte, discutiremos, com base em Foucault: discurso, sujeito, regimes de verdade, controle biopolítico e governamentalidade.

Entendemos discurso enquanto prática discursiva, nos termos de Foucault, enquanto:

(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 1996: 136).

Ou seja, o discurso é prática que se encontra assujeitada a regras e fazer a análise do discurso significa investigar as regras que estabelecem a emergência de certos enunciados em detrimento de outros. Não somos donos de nosso dizer, ele é regido por regras anônimas, desconhecidas, camufladas que nos obrigam a falar de um certo modo, para determinados sujeitos e fazendo uso de certos enunciados. Contudo, o anonimato das regras funciona de modo a nos fazer acreditar que somos autônomos. Esta é a noção de discurso com a qual trabalhamos.

Sujeito, a partir dos postulados foucaultianos, é entendido como que atrelado aos discursos, o sujeito é uma posição vazia e os indivíduos são interpelados como sujeitos, ao se inserirem nos discursos. Foucault considera, ao fazer uma retrospectiva de seus estudos, que seu foco sempre foi o sujeito, ou melhor, os processos de subjetivação. Segundo Deleuze, Foucault:

(...) não faz uma história das mentalidades, mas das condições nas quais se manifesta tudo o que tem uma existência mental, os enunciados e o regime de linguagem. Ele não faz história dos comportamentos, mas das condições nas quais se manifesta tudo o que tem uma existência visível, sob um regime de luz. Ele não faz uma história das instituições, mas das condições nas quais elas integram relações diferenciais de

forças, no horizonte de um campo social. Ele não faz uma história da vida privada, mas das condições nas quais a relação consigo constitui uma vida privada. Ele não faz uma história dos sujeitos, mas dos processos de subjetivação (Deleuze, 2005: 124).

Nesses termos, o sujeito não é sempre dado, não pré-existe, não é imanente, ele é uma construção histórica, por isso, interessa-nos os “novos” modos de construção dos sujeitos em Educação, engendrados pelos “novos” dispositivos, como o PISA.

Uma outra noção a ser mobilizada na análise consiste em “regimes de verdade”, atrelada ao “controle biopolítico” e à “governamentalidade”. Para tanto, citamos Foucault que entende por verdade: “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. (Foucault, 1984: 14). Para o autor, as relações de “poder/saber” produzem a “verdade” e nos obrigam a produzi-la através de sistemas coercitivos a nível do cotidiano. Somos julgados, condenados, obrigados a viver de um certo modo, em função de discursos tidos como verdadeiros.

A política de separação entre saber e poder pode ser vista como uma parte crucial dentro das grandes (ou meta)narrativas (Lyotard, 1984): o legado cultural do positivismo que fornece as significações que amoldam a consciência e as práticas educacionais da Modernidade.

Para Foucault, entretanto, é impossível separar verdade e poder:

(...) a verdade não existe fora do poder ou sem o poder (...) A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1984: 12).

Depreendemos que o que Foucault chama de “regimes de verdade” consiste em discursos veiculados e aceitos em um determinado momento sócio-histórico, a partir dos quais construímos nossa consciência de mundo. Assim, o que entendemos por Educação, reformas educacionais, avaliação faz parte dos significados tidos como verdadeiros, significados esses que atravessam e são atravessados pelas relações de poder-saber.

Para Foucault, a “produção da verdade” se dá através de um processo complexo, centralizado no discurso científico e nas instituições que o produzem e se divide em uma multiplicidade de instâncias. A verdade, neste

caso, é entendida como um objeto que encontra o seu valor e seu sentido em um determinado momento histórico-social.

Na educação, a política de verdade se fundamenta na psicologia e em certas noções científicas, conforme aponta Jennifer M. Gore (1994: 10), conferindo aos sujeitos responsáveis um “*status*” de competência profissional que lhe imputa a imagem de detentor do conhecimento científico e/ou intelectual.

Na esteira do pensamento foucaultiano, pode-se pensar o discurso do PISA como adequado ao momento sócio-histórico e respaldado pelo pensamento científico que lhe credencia o poder de produzir as verdades.

Por sua vez, os regimes de verdade atingem tanto o corpo individual como o corpo social, moldando os desejos, os pensamentos, desde os atos mais sutis e individuais como também as condutas coletivas e mais gerais da população. Trata-se do que Foucault irá chamar de práticas do biopoder. Na modernidade, tendo a Educação como um de seus aparatos, o controle biopolítico está diretamente ligado à produção de corpos dóceis e produtivos, pois

A biopolítica do corpo e a biopolítica da população compõem a espécie de relações de poder que marcam a atualidade. É pelas disciplinas do corpo e pelas regulações da população que se desenvolve o poder sobre a vida. Nessa era do biopoder, administração dos corpos e a gestão calculista da vida supõem o desenvolvimento de técnicas disciplinares diversas para serem aplicadas a todos os lugares institucionais. Lugares esses em que a vida acontece (Fonseca, 2013: 91).

Derivada da noção de biopolítica, Foucault cunha o conceito de Governamentalidade, que apresentamos a seguir.

No curso intitulado “Segurança, Território, População”, que depois se transformou no livro com o mesmo título, Foucault buscou compreender as relações de poder-saber e biopoder imbricadas na passagem de um governo territorial para um governo populacional, o que ele chamou de “história da governamentalidade” (Foucault, 2008: 143). Em sua história da governamentalidade, Foucault remonta aos séculos XVI, XVII e XVIII apontando que, nesse período, emergiu uma nova concepção na cultura ocidental, quando o homem passou a ser objeto do conhecimento, de estudo numa prática política de governamentalidade. Ocorreu, então, um grande deslocamento da população do meio rural para o meio urbano e com o recente processo de urbanização emergiram-se vários problemas que não existiam antes, como a insalubridade das cidades, a escassez de alimentos, o aparecimento de epidemias que colocou em risco a vida das pessoas. O ato de governar passou a se centrar nas pessoas, disciplinando a circulação no espaço das cidades; organizando as riquezas, a economia, a saúde, a

educação, o que fez emergir as instituições disciplinares, como a escola, a prisão, o manicômio, dentre outras.

A governamentalidade se deu na passagem de uma sociedade feudal, cujos sujeitos viviam da terra, sendo as relações pessoais e de trabalho centradas na honra e na palavra, pautados temporalmente pela natureza e cuja vida era organizada pela ordem divina, frente a uma sociedade Mercantilista e Capitalista, cujas vidas passavam a ser instituídas por novas relações: pelo relógio, pelo dinheiro, pelo salário, pela razão e pela ciência. Dessa nova organização social emergiram profissionais que olhavam para as cidades e os cidadãos com o intuito de planejar, controlar, vigiar, estabelecer como cada cidadão devia agir, devia viver, devia se cuidar, devia se educar, de modo a evitar doenças, epidemias, mortes, conflitos, revoltas. Essa passou a ser a tarefa dos médicos, dos biólogos, dos químicos, dos engenheiros, dos arquitetos, dos professores.

O foco era o sujeito, mas enquanto parte da população, ou como diz Foucault:

(...) são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequeidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar (Foucault, 2008: 128).

Tendo surgido, segundo Foucault, no século XVI, o problema do governo se relacionou a várias questões: o problema do governo de si mesmo; problema do governo das almas e das condutas e o problema do governo dos Estados pelos príncipes. As questões mobilizadas pelo autor referem-se a: “Como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível” (Foucault, 2008: 277-278).

O termo “governo” é entendido da seguinte forma, a partir dos estudos de Foucault:

(...) governo não deve ser entendido nos termos em que é empregado atualmente, ou seja, como uma burocracia ou grupo de pessoas à frente da gestão pública, ou a atividade exercida por aqueles que conduzem a máquina estatal, mas sim no sentido apontado nesta passagem por Foucault (“governo das almas”, “governo das crianças”, “governo das comunidades”, “governo do doente”) (Maia, 2010: 64).

Segundo Foucault (2008), a arte de governar do monarca se dava no âmbito do território, centrado na soberania, enquanto que nos estados nação, houve um deslocamento para um modelo governamental centrado na população. Desse modo, a noção de governo pode ser entendida como que ultrapassando o Estado em direção a outros universos sociais, como a família, a escola, dentre outros.

Governamentalidade, como arte de governar, implica em saberes sobre uma população, através de procedimentos, técnicas, dispositivos como forma de regulação e capazes de dirigir a conduta dos sujeitos, em determinado contexto social. Também, governamentalidade significa um conjunto de procedimentos a partir dos quais cada indivíduo é capaz de governar a si mesmo e também os outros: governo de si e governo dos outros, isto é, para além das estruturas políticas do Estado (Gadelha, 2013).

Foucault nos assevera:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008: 43).

A governamentalidade, para o autor, se vale de diferentes dispositivos presentes nos diferentes sistemas vigentes nas sociedades, isso em diferentes períodos históricos: de uma sociedade de soberania, para uma sociedade de disciplina e para uma sociedade de controle, entendida como sociedade governamental, a sociedade contemporânea e que se vale de dispositivos de segurança. Contudo, para o autor, uma não substitui a outra, ocorre, na verdade, uma triangulação da soberania, disciplina e gestão governamental cujo objetivo é a população.

Por sua vez, para Fimyar:

Ao fundir o governar (*gouverner*) e a mentalidade (*mentalité*) no neologismo *governamentalidade*, Foucault enfatiza a interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas. Em outras palavras, a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle*, *normalização* e *modelagem* das condutas das pessoas (Fimyar, 2009: 38).

De acordo com Foucault (1984), a governamentalidade fabrica sujeitos, os sujeitos necessários para que a sociedade continue existindo. Nesse sentido, nossa sociedade estará fabricando os seus sujeitos e, neste artigo, consideramos que uma de suas manobras consiste no PISA.

Tendo assumido o conceito de governamentalidade como múltiplas práticas de governo que objetivam uma população e os saberes da economia como estratégias de ação (Foucault, 2008), analisaremos a seguir excertos do discurso do PISA.

## Análise: Governando o futuro

Antes de iniciarmos a análise, retomaremos a noção de discurso em Foucault, no intuito de localizar metodologicamente a nossa análise.

Entendemos discurso enquanto prática discursiva, como um campo de regularidades que se manifestam a partir das posições ocupadas pelos sujeitos que as enunciam (Foucault, 1996: 136), ou seja, não nos interessa analisar as estruturas da linguagem, nosso olhar é muito mais para os jogos de poder que permitem que certos discursos sejam enunciados e outros proibidos. Analisar o discurso é dar conta de relações históricas, de práticas concretas, que estão evidenciadas nos discursos. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault nos apresenta o que entende por discurso e análise discursiva:

gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...). Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 1996: 56)

A noção de prática discursiva, enquanto um conjunto de regras, atravessa a obra de Foucault e pode ser entendida como constituída de relações de poder e saber, que se implicam mutuamente. Assim, metodologicamente, entende-se que analisar o discurso significa buscar os fios que o sustentam enquanto relações de poder-saber, um engendrando o outro, enquanto forças internas ao próprio discurso, neste caso, estamos tomando a partir do conceito de Governamentalidade, como explicitado no referencial teórico.

Começaremos com uma passagem do *site* da OCDE no qual é apresentado o tipo de testes que são aplicados aos estudantes.

No *link*, “O que a avaliação envolve”<sup>2</sup>, vemos o seguinte:

*Os testes são uma mistura de questões abertas e de múltipla escolha que são organizadas em grupos tomando como base uma passagem que defina uma situação de vida real* <sup>3</sup>. Um total de 390 minutos de itens de teste são cobertos. Os estudantes fazem diferentes combinações de diferentes testes.<sup>4</sup>

A Educação sempre esteve relacionada a “regimes de verdade” e “fabricação de sujeitos” e é exatamente o que acontece com a Educação contemporânea, cujas regras estão sendo ditadas pelas avaliações externas, como o PISA.

Nossa análise toma como foco o que se encontra em negrito na passagem, “Os testes tomando como base uma passagem que defina uma situação de vida real”. Perguntamo-nos: Quais são os princípios de racionalidade que são responsáveis por organizar o que é importante para saber e o que não é?; Como uma pessoa deve agir e pensar em soluções para situações reais de vida?; Quais são as situações de vida real importantes nas questões contemporâneas em Educação?; Situação de vida real de quem e para quem?

Aqui nós temos a ideia (e o ideal) de universalidade em Educação, já que o discurso apaga os sujeitos que concebem os testes e para quem eles são endereçados. Podemos dizer que esses testes não somente medem se os estudantes sabem como lidar com “situações de vida real”, mas também produzem realidades e ditam como a Educação deveria ser organizada de modo a preparar os estudantes para lidarem com a chamada “situações de vida real”. Eles funcionam de modo a “moldar pessoas”<sup>5</sup> (Hacking, 1986), ou melhor, “moldar” como as escolas deveriam funcionar de modo a preparar os estudantes para certas situações e não outras, desconsiderando se elas são “reais” para elas. Desse modo, algumas situações são consideradas enquanto que outras não são e isto contribui, em última instância, por incluir algumas pessoas e excluir outras. Os testes são preparados e aplicados para revelar exatamente como as escolas apagam as especificidades de diferenças ao redor do mundo e preparam estudantes para confrontarem entre si em um mercado competitivo. A Educação visivelmente se transformou em competição que dita o que é uma boa escola, um bom professor, um bom aluno, uma boa política educacional, um bom currículo escolar, um bom país, uma boa economia e assim por diante. As escolas, nesta racionalidade, devem preparar os estudantes para o mercado de trabalho e aqueles que se saem bem nos testes estão dentro, enquanto os outros estão fora, o que evidencia a tensão entre inclusão e exclusão em Educação. Isto é o que Foucault chama de “regimes de verdade”, enquanto “uma política geral da verdade” (Foucault, 1984).

Encontramos a seguinte definição no *site* da Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) sobre o PISA<sup>6</sup>.

*(PISA) é uma amostra internacional que tem como objetivo avaliar os sistemas mundiais de educação através de testes das habilidades e conhecimento de estudantes de 15 anos de idade. Até a presente data, estudantes representando mais de 70 economias<sup>7</sup> participaram da prova.<sup>8</sup>*

Ainda, de acordo com o *site*,

*Por volta de 510.000 estudantes em 65 economias participaram da prova do PISA 2012 em leitura, matemática e ciências representando por volta de 28 milhões de jovens de 15 anos ao redor do globo. Dessas economias, 44 participaram do teste de resolução criativa de problemas e 18 do teste de letramento financeiro. Para esse ano, a prova de 2015, mais do que 70 economias se inscreveram para participar da prova em 2015 que terá como foco ciências<sup>9</sup>.*

Chamamos atenção aqui para a materialidade linguística “economia”, ao invés de país. A emergência de um discurso que entende a educação como o preparo para a competição no mercado de trabalho faz com que o seu discurso seja tomado, cada vez mais de termos próprios da área econômica, dentre eles, “gestor”, no lugar de diretor, “colaborador”, ao invés de professor, “cliente” ao invés de aluno, dentre muitos que aparecem a cada dia. No caso da avaliação externa PISA, esta aparece como uma lupa que tem como objetivo vislumbrar o futuro econômico de uma nação. Assim, não são os alunos que estão sendo avaliados, nem a educação que está sendo dada a eles, mas a capacidade dessa “educação” prepará-los para competições futuras do mercado mundial, de onde se entender “país” como “economia”. Temos aí uma nova organização mundial, ao invés de estado-nação, no lugar, enuncia-se “economia”. A escola, nesta racionalidade, deve preparar os alunos para o mercado se quiser ser uma economia forte frente às demais. Temos a emergência de um novo regime de verdade, nos termos de Foucault (1984), como visto na parte teórica deste artigo.

Nesta linha de pensamento de “preparar as economias” para o futuro, encontramos o seguinte no *site* brasileiro:

*Marcos referenciais.*

*O Pisa é desenhado a partir de um modelo dinâmico de aprendizagem, no qual novos conhecimentos e habilidades devem ser continuamente adquiridos para **uma adaptação bem sucedida em um mundo em constante transformação**. (...) O Pisa procura ir além do conhecimento escolar, examinando a capacidade dos alunos de analisar, raciocinar e refletir ativamente sobre seus conhecimentos e experiências, enfocando competências que serão relevantes para suas vidas futuras, na solução de problemas do dia-a-dia<sup>10</sup>.*

Encontramos aqui referência a uma nova mentalidade que circula na Educação, que o mundo está em constante mudança, então, o papel da educação deveria ser o de preparar os alunos para essas mudanças e uma “boa maneira” de certificar se os alunos estão sendo bem preparados para as mudanças é através de avaliações. No excerto acima, dois efeitos de sentido aparecem sobre a Educação e seus sujeitos: de que os professores e alunos devem ser adaptados às mudanças, antecipando-as e que eles devem ser preparados para aplicar o conhecimento adquirido à “solução de problemas do dia-a-dia”. Este atributo visionário da Educação dialoga com o estudo realizado por Ben Anderson (2010: 777), no qual o autor chama atenção para “como os futuros estão sendo antecipados e ações têm sido tomadas em relação a uma série de eventos que são considerados como ameaçadores às democracias liberais”. Para o autor, a Geografia Humana age de modo a governar o futuro através da “previsão, preparo e precaução”<sup>11</sup> e ele atesta que essas três características são, “portanto, inseridas na relação de produtividade/destrutividade que, com certeza, caracteriza o liberalismo” (Anderson, 2010: 782)<sup>12</sup>.

Nosso argumento neste artigo é que o PISA funciona de modo a produzir sujeitos na Educação, o que nos leva a acreditar que uma das habilidades desses sujeitos é estar preparado para o futuro. Não somente a Educação e os sujeitos devem focar na antecipação do futuro, mas também, o próprio PISA funciona como uma técnica dessa antecipação. Isto é aquilo que Foucault (2008) chama de Governamentalidade.

Governar, na perspectiva foucaultiana, refere-se ao ato de os governantes agirem sobre a vida e sobre as condutas dos sujeitos e das populações de modo que não só individualmente mas também coletivamente passem a gestar “sua ordem, sua segurança, sua tranquilidade, sua prosperidade, riqueza e felicidade” (Rose, 2010: 6).

Assim, uma das tecnologias de governamentalidade é a Educação. Muitos trabalhos têm tematizado essa relação e de modo particular recentemente a relação entre Educação e governamentalidade neoliberal que conversa com nossa pesquisa (Lockmann, 2019; Cabral, Azeredo e Urias, 2018; Gattermann e Possa, 2018 e Gadelha, 2013). Contudo, não encontramos nenhum trabalho que tematizasse a relação entre Governamentalidade e o PISA.

O PISA é uma tecnologia de governamentalidade de construção de subjetividades em Educação, como entendido por Popkewitz, ao posicionar “globalmente a criança e a nação a partir de um tipo de pensamento que diferencia e divide através de categorias de equivalência entre os países” (Popkewitz, 2011: 36). Segundo o autor, é preciso atentar como os números agem “inscritos em grades de práticas que dão inteligibilidade a tipos de

peças, engendrando historicamente de modo a criar um espaço cultural que molda e forma modos de vida” (Popkewitz, 2011: 36).

### **À guisa de conclusões...**

Tomamos o PISA, neste artigo, à luz dos estudos foucaultianos sobre biopolítica e governamentalidade. O exame PISA pode ser considerado como um “dispositivo de segurança” (Foucault, 1991), aquele que opera muito bem sob a condição de liberdade, como o autor formulou. Os países, ou melhor, “as economias” são livres para fazerem parte do PISA ou não, mas aquelas que o fazem proporcionam um sentimento de bem-estar em relação à economia, à política e à educação. Trata-se de um dos efeitos de governamentalidade.

Outro efeito de governamentalidade forjado pelo PISA consiste nas relações de poder-saber que circulam em seu discurso, operando como novas formas de disciplina a partir da emergência, nos países ocidentais, de uma sociedade burocrática complexa que produz sistematicamente novos saberes que engendram novos poderes, um alimentando o outro em uma relação imbricada. Assim, o PISA é um exemplo contemporâneo de um novo dispositivo de governamentalidade enquanto relações de poder-saber: gera saber que produz poder, um imbricado no outro, de modo a governar uma nação, mas agora, a partir da racionalidade neoliberal, passa a ser concebida como economia, conforme vimos na análise.

Contudo, alertamos que, ao apagar as condições históricas dos saberes e dos sujeitos, o discurso do PISA homogeneiza e, ao avaliar de modo homogêneo e por ranking, inclui, ao mesmo tempo em que exclui, pois trabalha com categorias dicotômicas: inclusão *versus* exclusão; uniformidade *versus* diversidade; certo *versus* errado; desenvolvido *versus* subdesenvolvido (ou em desenvolvimento); produtivo *versus* não produtivo.

Outra questão que a análise nos aponta é em relação às avaliações externas. Esse tipo de avaliação apenas ranqueia as escolas, os sistemas educacionais e os países, ou melhor, as economias, cognitivamente, através dos resultados das provas, desconsiderando o contexto, as condições sociais, de vida real dos sujeitos implicados, professor e aluno. Trata-se, mais uma vez, de um mecanismo de controle dentro dos dispositivos de governamentalidade, já que são aplicadas por agências externas que consideram os sujeitos da Educação e os saberes como universais e não historicamente construídos.

Desse modo, os resultados acabam dando visibilidade aos rankings que, segundo Hansen, operam anonimamente classificando as pessoas e

naturalizando as diferenças, pois eles “são desvinculados de seu contexto imediato de produção” (Hansen, 2015: 211).

Mas não podemos deixar de pontuar que, ao invés de contribuir para resolver os tão conhecidos problemas da educação do Brasil, quando divulgados os resultados, como os que acabamos de ver em dezembro de 2019, pelos órgãos governamentais e pela mídia, o que acontece, na verdade, é um acirramento e conseqüente naturalização das diferenças: dos bem-sucedidos e dos mal-sucedidos, vistos como vencedores e perdedores, a grande metáfora esportiva que permeia o discurso de divulgação, conforme visualizado pelos quadros estatísticos.

Porém, a racionalidade dessas avaliações não é questionada: a quem interessam; o que elas camuflam; que sujeitos elas estão, na verdade, produzindo em Educação e na sociedade contemporânea.

Esperamos que esta pesquisa possa desestabilizar alguns dos aspectos implicados nas avaliações externas, nos rastros do pensamento foucaultiano, de ser “pirotécnico”, ou seja, “que se possa avançar, que se possa fazer cair os muros” (Pol-Droit, 2006: 69).

## Notas

<sup>1</sup> Os trechos analisados foram retirados dos sites do OECD e INEP em 2015, data da pesquisa e atualizados os links quando da publicação deste artigo. O artigo focaliza como objeto de análise o documento de referência do PISA 2012 e o documento publicado no *site* do INEP sobre o PISA na época da pesquisa, ou seja, 2015.

<sup>2</sup> No original: “What the assessment involves”.

<sup>3</sup> Negritos pelo autor.

<sup>4</sup> No original: *The tests are a mixture of open-ended and multiple-choice questions that are organized in groups based on a passage setting out a real-life situation. A total of about 390 minutes of test items are covered. Students take different combinations of different tests.* De: <http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/pisa-2012-results.htm> acesso em 03-07-2015.

<sup>5</sup> Nossa tradução para “Making up people”.

<sup>6</sup> Retirado de: <http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/pisa-2012-results.htm> Acesso em: 27-03-2015.

<sup>7</sup> Negritos pelo autor do artigo.

<sup>8</sup> No original: *(PISA) is a triennial international survey which aims to evaluate education systems worldwide by testing the skills and knowledge of 15-year-old students. To date, students representing more than 70 economies have participated in the assessment.*

<sup>9</sup> No original: *around 510,000 students in 65 economies took part in the PISA 2012 assessment of reading, mathematics and science representing about 28 million 15-year-olds globally. Of those economies, 44 took part in an assessment of creative problem solving and 18 in an assessment of financial literacy. For this year, 2015 assessment, more than 70 economies have signed up to take part in the assessment in 2015 which will focus on science.*

10

De:

[http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio\\_nacional\\_pisa\\_2012\\_resultados\\_brasileiros.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf) Acesso em: 04-06-2015.

<sup>11</sup> Nossa tradução de: “preemption, preparedness and precaution”.

<sup>12</sup> Nossa tradução de: “therefore, caught in the productive/destructive relation with uncertainty that characterizes liberalism”.

## Referências

- Anderson, B. (2010).** Preemption, precaution, preparedness: Anticipatory action and future geographies. *Progress in Human Geography* 34(6) pp. 777–798. sagepub.co.uk/journals.
- Cabral, N. C. A.; Azeredo, L. A. da S. e Urias, G. M. P. (2018).** Educação financeira: programa de educação financeira nas escolas à luz da Governamentalidade. *Horizontes*, v. 36, n. 3, p. 217-230, set./dez. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v36i3.606>
- Deleuze, G. (2005).** *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Fimyar, O. (2009).** Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. *Educação e Realidade*. 34 (2). pp. 35-56. mai/ago.
- Fonseca, M. A. (2003).** *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ.
- Foucault, M. (1984).** *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1991).** 'Governmentality', trans. Rosi Braidotti and revised by Colin Gordon, in Graham Burchell, Colin Gordon and Peter Miller (eds) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Foucault, M. (1996).** *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008).** *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- Gadelha, S. (2013).** *Biopolítica, governamentalidade e educação. Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gattermann, B. e Possa, L. B. (2018).** Inclusão e Aprendizagem como Imperativos da Governamentalidade Neoliberal e a Criação dos

- Institutos Federais de Educação no Brasil. RIAEE – *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1632-1651, out./dez. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riace.unesp.v13.n4.out/dez.2018.11057
- Gore, J. M. (1994).** *Foucault e Educação: Fascinantes Desafios*. IN: SILVA, T. (org.) *O Sujeito da Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Hacking, I. (1986).** Making up people. IN: Heller, T. C.; Sosna, M.; Wellbery, D. E. *Reconstructing Individualism. Autonomy, Individuality and the Self in Western Thought*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Hansen, H. K. (2015).** Numerical operations, transparency illusions and the datification of governance. *European Journal of Social Theory*. Sage. 18 (2) pp. 203-220.
- Horta Neto, J. L. (2010).** Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. *RBEP*, Brasília, v. 91, n. 227, pp. 84-104, jan./abr.
- Lockmann, K. (2019).** *Assistência Social, Educação e Governamentalidade Neoliberal*. Curitiba: Appris.
- Lytard, J. F. (1984).** The Post Modern Condition. IN: Alexander, J. C. e Seidman, S. (Eds.) *Culture and Society: Contemporary Debates*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Maia, A. (2011).** Do Biopoder À Governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. *Currículo sem Fronteiras*, v. 11, n.1, pp. 54-71, jan/jun.
- PISA - OCDE. <http://www.oecd.org/pisa/>.
- PISA – INEP. <http://portal.inep.gov.br/pisa/sobre-o-pisa>.
- Pol-Droit, R. (2006).** *Michel Foucault: Entrevistas*. São Paulo: Graal.
- Popkewitz, T. (2011).** PISA – Numbers, Standardizing Conduct, and the Alchemy of School Subjects. In: PEREYA, M. A. et al (eds.). *PISA Under Examination: Changing Knowledge, Changing Tests, and Changing Schools*. pp. 31-46. Netherlands: Sense Publishers.
- Rose, N. (2010).** *Powers of Freedom: reframing political thought*. 9 ed. Cambridge: Cambridge University Press.

## Nota biográfica

	<p><b>Márcia Aparecida Amador Mascia</b>          Pós-Doutoramento pela Universidade de Wisconsin-Madison, no departamento de Curriculum and Instruction, com bolsa FAPESP. Doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, na linha de Educação, Linguagens e Processos Interativos, da Universidade São Francisco. Atua na área de Educação, Linguística Aplicada, Linguagem e Discurso. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Foucaultianos e Educação, certificado pelo CNPq. Editora da série de livros (Post-)Critical Global Studies, da editora Peter Lang. Bolsa PQ 2. CNPq. 2020-2023.  <b>E-mail:</b> marciaaam@uol.com.br</p>
	<p><b>Carlos Roberto da Silveira</b>          Docente do Programa de Pós Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação da Universidade São Francisco (USF). Pós-Doutor em Educação pela USF/CAPES. Doutor em Filosofia pela PUC-SP/CAPES. Líder do Grupo de Pesquisas sobre as Teorias Críticas Latino-Americanas (GEPETECLA) e Vice-líder do Grupo de Pesquisa sobre estudos Foucaultianos (GPEFE) do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, ambos pela USF. Desenvolve pesquisas na área de Educação e Enfrentamento à Violência Doméstica, Discurso, Ética e Decolonialidade, Epistemologias do Sul e as Teorias Críticas Latino-Americanas.  <b>E-mail:</b> carlos.silveira@usf.edu.br</p>